

ANÁLISE DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL FEMININA NO BRASIL NA PANDEMIA DE COVID-19

ANALYSIS OF MULTIDIMENSIONAL FEMALE POVERTY IN BRAZIL DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Sibele Vasconcelos de Oliveira¹

Luise Rodrigues Antunes²

Alessandra Troian³

Resumo: As mulheres enfrentam obstáculos socioeconômicos o que as privam de diversos direitos ao longo da vida. Tendo isto em mente, este artigo analisou as especificidades de trabalho, renda e acesso a serviço essenciais das mulheres brasileiras durante a pandemia de Covid-19. A metodologia adotada na pesquisa incluiu a aplicação do método Alkire-Foster, que permitiu o cálculo da medida multidimensional de pobreza, a partir dos dados estatísticos da PNAD-COVID-19. Os resultados indicam que cerca de 66,20% das mulheres brasileiras podem ser consideradas multidimensionalmente pobres. As mulheres rurais são as que apresentam maior proporção de pobreza (81,11%), com intensidade de privações em 66,70%.

Palavras-chave: Gênero; Desigualdade; Método Alkire-Foster.

Abstract: Women face socioeconomic obstacles that deprive them of various rights throughout their lives. With this in mind, this article analysed the specificities of employment, income, and access to essential services for Brazilian women during the Covid-19 pandemic. The research methodology employed included the Alkire-Foster method, which allowed for the calculation of the multidimensional poverty measure based on statistical data from PNAD-COVID-19. The results indicate that approximately 66.20% of Brazilian women can be considered multidimensionally poor. Rural women present the highest proportion of poverty (81.11%), with an intensity of deprivations reaching 66.70%.

Keywords: Gender; Inequality; Alkire-Foster Method.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Agronegócios - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Docente - Universidade Federal de Santa Maria; E-mail: sibele.oliveira@uol.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0394-0984>.

2 Mestre em Administração - Universidade Federal do Pampa; E-mail: luiseantunesa@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3258-4373>.

3 Doutora em Desenvolvimento Rural - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Docente - Universidade Federal do Pampa; E-mail: alessandratroian@unipampa.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8207-6436>.

Introdução

O movimento feminista no Brasil reivindica seus direitos na elaboração e construção de políticas públicas desde a década de 1980. Ao longo de toda a trajetória de lutas femininas, é possível perceber as transformações sociais e econômicas pelas quais as mulheres passaram, mesmo com a entrada tardia no mercado de trabalho. Ainda que diversos empecilhos sejam impostos por uma sociedade majoritariamente chefiada por homens, elas têm conquistado relativo espaço e autonomia. Nas últimas décadas, tem-se observado o crescimento da presença delas em tarefas públicas, em atividades profissionais remuneradas, na educação e nos espaços públicos.

Adespeito dos avanços sociais e econômicos conquistados pelas mulheres, são urgentes estratégias para a promoção da equidade de gênero (Farah, 2004; Silva; Faria; Andrade, 2023). De acordo com Mariano e Carlotto (2009), as desigualdades de gênero são manifestadas tanto em termos socioeconômicos quanto políticos. Ao produzirem diferentes oportunidades para homens e mulheres, geram repercussões sobre a capacidade delas em se inserir profissionalmente, em galgar salários dignos, em ter liberdade para realizar suas próprias escolhas.

Sobretudo, argumenta-se que a pobreza é determinada pelas desigualdades de gênero. As mulheres encontram dificuldades de inserção nas estruturas de emprego, no acesso a bens e serviços, nas esferas de poder, entre outros, por assumirem papéis de subordinação e subalternidade nos espaços sociais. São as mulheres também as responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados da família, atividades muitas vezes não remuneradas e não valorizadas (Pérez; Miguel, 2000; Vega, 2019).

Ademais, em momentos de crise econômica, é a população feminina a mais fortemente impactada, haja vista que encontram múltiplas privações durante o processo de reprodução socioeconômica, como na educação, saúde, padrão de vida, empoderamento, relacionamento social, entre outros (Biswal et cols., 2020). Neste sentido, cabe observar que a pobreza no Brasil aumentou entre os anos de 2012 e 2021. Contribuíram para o quadro de reversão dos avanços sociais da década anterior tanto a recessão de 2014 a 2016 quanto a crise pandêmica.

Souza, Hecksher e Osório (2022) tomaram por base a linha monetária de US\$ 3,20 por dia, e estimaram que a pobreza no Brasil saltou de 12,9% em 2012 para 15,7% em 2021. Especificamente em relação ao período pandêmico, relatório divulgado pela Comissão Económica para a América Latina e Caribe (Cepal, 2022) revela que a crise sanitária e econômica

propagada pelo coronavírus representou retrocessos de mais de uma década em termos de acesso ao trabalho remunerado, à sobrecarga na divisão sexual do trabalho e nos casos de violência contra as mulheres.

Em pesquisa realizada em 2020 pela organização não-governamental Sempreviva Organização Feminista (SOF), contatou-se que embora 41% das mulheres brasileiras conseguiram manter seus postos de trabalho remunerados na pandemia de Covid-19, as horas de trabalho se intensificaram, assim como os cuidados domésticos. Cerca de 50% das mulheres brasileiras ficaram responsáveis pelo cuidado do lar, filhos e idosos, das quais 62% residiam em áreas rurais. Dentre as mulheres desempregadas, 58% eram negras. Somado ao esgotamento físico e mental, a pandemia fez com que as mulheres sentissem dificuldades financeiras em gerir a casa em período de isolamento, sobretudo em lares monoparentais (Bianconi et cols., 2020).

Batista (2020), analisando a pobreza multidimensional feminina no Brasil a partir da metodologia Alkire-Foster, constatou que 13,63% das mulheres são multidimensionalmente pobres. A região Nordeste apresentou a maior incidência de pobreza feminina. Nesse sentido, ao considerar que as privações a que as mulheres brasileiras estão submetidas são condicionadas por múltiplos fatores, mas especialmente foram intensificadas durante a pandemia de Covid-19, o presente artigo tem por objetivo analisar as condições de vida das mulheres brasileiras durante a pandemia.

O artigo especificamente visa: a) verificar as privações vivenciadas pela população feminina; b) obter a incidência, o hiato e a incidência da pobreza ajustada; d) analisar a multidimensionalidade da pobreza entre mulheres brancas, não brancas, com domicílio rural e urbano. Foi empregado o método Alkire-Foster (AF) para realizar o cálculo da medida multidimensional de pobreza, para manipular os microdados estatísticos da PNAD-COVID-19, pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e destinada a avaliar os impactos da pandemia sobre o contexto socioeconômico do país.

O texto encontra-se organizado em cinco seções a contar desta introdução. A próxima seção faz uma breve revisão acerca da desigualdade de gênero e da pobreza feminina. A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa e, em seguida, a análise dos resultados, acompanhados por uma última seção de considerações finais. Por fim, citam-se as referências que concederam suporte ao estudo.

1. Desigualdades de gênero e pobreza feminina

As relações de gênero são entendidas como uma construção social, baseada na diferenciação biológica dos sexos, o que acarreta relações de poder e subordinação, trazendo como consequência a discriminação entre funções e atividades desempenhadas por homens e mulheres (Silva, 2012). Sob a perspectiva de Butler (2014), as desigualdades de gênero são um processo pedagógico que se inicia no nascimento e são contínuas ao longo da vida, reforçadas em quatro eixos: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania.

O eixo da sexualidade pode ser caracterizado pelas diferenças impostas pelas mulheres desde o nascimento, que as caracterizam como o sexo frágil, delegam o papel da mulher de ser mãe na sociedade, de dar à luz e de ainda ser vista como alguém que necessita fazer esta função. Ele desencadeia no eixo reprodução e na reprodução sexual do trabalho, uma vez que, mesmo conquistando parcialmente seus direitos, as mulheres enfrentam a divisão do trabalho desigual, de forma que ocupam mais cargos de serviços pessoais, saúde e educação, aqueles taxados socialmente como femininos. Outro ponto a ser considerado também é a fraca presença feminina em cargos de poder (Trindade; Ferreira, 2008; Machado; Penna, 2016), representando o eixo cidadania.

Pereirinha *et cols.* (2008) argumentam que a pobreza não é um fenômeno neutro, pois é vivida de forma diferente por homens e mulheres. As trajetórias de privação social são mais frequentes entre as mulheres, uma vez que estão associadas aos afazeres domésticos e às responsabilidades familiares. Diversos fatores contribuem para que as mulheres estejam mais propensas a vivenciar a pobreza, incluindo a disparidade na participação no mercado de trabalho, salários mais baixos e a desvalorização social das tarefas desempenhadas por elas. Além disso, há desigualdade nas oportunidades de participação em decisões, refletida na baixa presença feminina em cargos de liderança e no setor público (Costa *et cols.*, 2005).

Neste sentido, é notável a presença de mulheres entre as pessoas pobres, sendo um reflexo de um processo histórico de reprodução de desigualdades sociais, as quais têm como pilares estruturados os marcadores de gênero, raça e etnia. Assim, é possível definir sexo e cor como medidores de desigualdades sociais. É perceptível a cobrança social que as mulheres pobres sofrem com a execução de tarefas relacionadas a crianças e adolescentes, na mesma parcela que precisam ser as provedoras da casa, gerando trabalho e renda (Mariano; Carlotto, 2009).

Por suas especificidades, as desigualdades de gênero acentuam as dificuldades de desenvolvimento humano das mulheres. Cabe ressaltar que a Agenda 2030⁴ propõe erradicar a pobreza até 2030 para todas as pessoas em todos os lugares através do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentre os indicadores utilizados para representação da pobreza pelas Nações Unidas, está a linha da pobreza monetária, atualmente de US\$ 1,25 por dia. Conforme dados da PNAD Contínua, a proporção de mulheres em 2020 vivendo abaixo da linha da pobreza internacional era de 5,9%, enquanto a proporção de homens em situação de pobreza era de 5,6% (IBGE, 2023).

Outro desafio a ser problematizado é referente ao ODS 10, que indica a “redução de desigualdades dentro dos países e entre eles”. No Brasil, ao longo de 2016 e 2017, os 40% mais pobres obtiveram renda pior que a média nacional. Assim, percebe-se que o país encontra dificuldades para alcançar as metas previstas na Agenda 2030, já que são múltiplas as privações a que a população está submetida, especialmente mulheres e a população negra (Oxfam, 2018).

Outrossim, em torno de 51 milhões de brasileiros vivem na condição de pobreza, com renda per capita de R\$ 450 por mês, conforme o marco de rendimento utilizado pelo Banco Mundial de US\$ 5,50 por pessoa/dia (Oxfam, 2022). A diferença de representação feminina em cargos gerenciais é uma das contribuições para manter as privações das mulheres, pois apenas 10,6% das mulheres de 16 a 29 ocupam posição gerencial e 6,8% com 60 anos ou mais (ODS, 2021).

Bortolanza *et cols.* (2023) apontam que nos últimos tempos ocorreu um aumento significativo no número de famílias chefiadas por mulheres, sendo um dos fatores impactantes no aumento da sua pobreza e exclusão social no período mais recente no Brasil. Para os autores, a conjuntura da maternidade e a necessidade de chefiar uma família colocam as mulheres em uma maior situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

A pandemia do coronavírus em 2019 foi outro fator que acentuou as vulnerabilidades das mulheres, com o aumento da violência doméstica, sobrecarga de suas tarefas desempenhadas com a casa e filhos. Em isolamento social, as famílias ficaram por tempos indeterminados em casa, o que fez com que as mulheres precisassem dar conta de todas as tarefas ao mesmo tempo (Silva *et cols.*, 2020).

4 A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, criada em setembro de 2015, foi adotada por 193 Estados membros das Organizações das Nações Unidas (ONU), dentre eles o Brasil, dando continuidade à Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000 - 2015), ampliando o escopo, devido à emergência de novos desafios. A Agenda 2030 é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas e 232 indicadores, além da Declaração (visão, princípios e compromissos compartilhados). Ela abrange questões ligadas às dimensões ambiental, social, econômica e institucional do desenvolvimento sustentável (Kronemberger, 2019).

Destaca-se também que a vulnerabilidade enfrentada por grande parte das mulheres, especialmente mulheres negras, durante o período de pandemia, ficou mais evidente devido à herança colonial e racista que ainda persiste no Brasil. Isso reflete a disparidade entre raça, gênero e classe, resultando em custos emocionais maiores para as mulheres (Mendes, 2020).

Ainda, Valeriano e Tosta (2022) apontam que foram definidas, por condições físicas e biológicas relacionadas ao gênero, que as mulheres deveriam se alojar em locais menos relevantes que os homens, permanecendo mais reclusas no privado, isto é, nos ambientes domésticos. Devido a isso, mesmo após os avanços nos direitos das mulheres, o cenário de desigualdade condicionado às mulheres lhes dá a incumbência - na maioria das vezes - da esfera doméstica das funções de cuidado relacionadas com a maternidade.

As autoras ainda destacam que a realidade atribuída para as mulheres em tempos de pandemia, especialmente para as mulheres negras, fez com que elas retornassem aos seus lares para o cuidado dos filhos, assim, abandonando seus trabalhos. As mulheres são maioria no mercado informal de trabalho, inclusive pelo fato de serem mães. Sem embargo, homens acabam sendo privilegiados por possuírem maiores redes de apoio, além de poder contar com alguma mulher da própria família que somente se dedica aos afazeres de casa (Valeriano; Tosta, 2022).

Sobretudo, um dos fenômenos ascendentes durante a pandemia de Covid-19 foi a violência intrafamiliar, configurando-se como mais um desafio enfrentado pelas mulheres durante a crise econômica e sanitária. A violência se acentuou no cenário de isolamento, mostrando que o espaço privado e doméstico não é sinônimo de conforto. A perda de conexão com outras mulheres ou com uma rede de apoio ajudou a invisibilizar a quebra da barreira da violência (Barroso; Gama, 2020).

Nesse sentido, Sousa *et cols.* (2021) destacam que os casos de feminicídios cresceram 22,2% entre os meses de março e abril de 2020, em 12 estados do Brasil, comparando com 2019. Em concomitância, os registros de boletins de ocorrência nesse período ainda tiveram queda. Em São Paulo, o número de feminicídio aumentou em 44,9% no ano de 2022, em comparação com março de 2020. Destaca-se que, com a pandemia, as mulheres foram obrigadas a passar muito tempo com o seu agressor, submetidas a habitações precárias, com risco à saúde de seus filhos e sem o convívio social (Silva, 2022). Estes fatores contribuíram para que houvesse a diminuição das chances de se conseguir fazer as denúncias por medo.

A pandemia alterou a vida das mulheres em diversos cenários, a saber: aumento da violência e feminicídios; atraso na vida acadêmica; acúmulo de

funções com a casa e filhos; múltiplas jornadas de trabalho entre home office - trabalho doméstico-família (Lemos et cols., 2021; Sousa et cols., 2021). Os estudos revisados evidenciam a relevância e a necessidade de entender as fontes de privações enfrentadas pelas mulheres brasileiras. Para tanto, a próxima seção esclarece os procedimentos metodológicos que a pesquisa adotou para fins de compreensão da natureza multidimensional do fenômeno. Entende-se que a representação da pobreza deve ser realizada ao observar diversos fatores, uma vez que está interligada a aspectos econômicos, sociais, históricos e culturais (Souza; Silva, 2019).

2. Metodologia

A pesquisa possui abordagem quantitativa, caráter exploratório, realizada a partir do método Alkire-Foster. A abordagem quantitativa busca teorias objetivas para examinar relações entre variáveis (Creswell, 2021). Já o caráter exploratório tem o objetivo de gerar informações que auxiliarão na definição de situações do problema que o pesquisador está investigando (Hair et cols., 2010).

Esclarece-se que Alkire e Foster (2009) elaboraram uma metodologia para o cálculo de índice de pobreza multidimensional visando incluir as diversas dimensões da vida das pessoas. A medida foi construída com base na Abordagem das Capacitações de Amartya Sen, que entende que o bem-estar não é restrito à renda. Assim sendo, para estimar um índice de privações vivenciadas pelas mulheres brasileiras durante a pandemia de Covid-19, operou-se com o tratamento dos dados estatísticos por meio do software Microsoft Excel e a execução de diferentes etapas metodológicas, que são apresentadas a seguir:

I. Escolha da unidade de análise, que neste estudo refere-se à amostra feminina da população brasileira que respondeu à PNAD-COVID-19-19. Esclarece-se que a coleta de dados da PNAD-COVID-19 iniciou-se no mês de maio de 2020 e estendeu-se até novembro do mesmo ano. Foram realizadas entrevistas telefônicas com cerca de 48 mil domicílios por semana, totalizando cerca de 193 mil domicílios por mês, em todo o Território Nacional (IBGE, 2020);

II. Escolha das dimensões da pobreza, que neste estudo são três: trabalho, renda e serviços essenciais. As dimensões de análise foram eleitas de forma a representar as metas da Agenda 2030 no que toca

ao trabalho feminino (5.5, 5.5.1, 5.5.2⁵), aos direitos femininos (5.a) e ao fortalecimento de políticas (5.c);

III. Definição dos indicadores para as dimensões escolhidas, que neste estudo são seis: satisfação em relação ao trabalho; proteção social; renda; endividamento; ensino formal e saúde. Para seleção dos indicadores, considerou-se a disponibilidade de informações dispostas na PNAD-COVID-19 em menção ao ODS 5 da Agenda 2030;

IV. Estabelecimento da linha de corte para cada indicador de análise. Satisfação em relação ao trabalho: são privadas as mulheres que não estavam satisfeitas em relação às horas trabalhadas. Considerou-se que a manifestação do desejo em trabalhar formalmente mais horas do que as de fato trabalhadas, pode indicar uma situação de vulnerabilidade socioeconômica, seja pelas condições do emprego ou da remuneração. Interessante perceber que, no Brasil, estas atividades laborais realizadas pelas mulheres são geralmente mal remuneradas e reproduzem resquícios da época colonial (Bruschini, 2006; Da Silva et cols., 2017). Proteção Social: considerou-se que as mulheres que não contribuem com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) são privadas, uma vez que estão alheias (parcial ou totalmente) à rede de proteção social disponibilizada pelo Estado brasileiro. Cita-se que o acesso aos sistemas de proteção social pode resguardar as mulheres dos riscos a que estão expostas quando em caso de doença, velhice, invalidez, desemprego e exclusão (Duarte et cols., 2017). Renda: definiu-se que as mulheres privadas são as que ganham menos de um salário-mínimo, ou seja, que não recebem renda correspondente ao valor de subsistência de uma família (Afonso et cols., 2011). Em 2020, o salário mínimo era de R\$1.045,00. Endividamento: foram consideradas privadas as mulheres que solicitaram e/ou tomaram algum tipo de empréstimo durante a pandemia. O indicador busca representar a vulnerabilidade econômica feminina, tendo em vista o aumento no endividamento familiar (Da Silva et cols., 2023), combinando por diversos fatores: desemprego, queda da renda média, entre outros). Ensino Formal: considerou-se privadas as mulheres que não concluíram os anos iniciais da Educação Básica. No

5 O ODS 5 – Igualdade de Gênero é composto por seis metas (5.1 a 5.6) e 16 indicadores. Visando os interesses da pesquisa e a disponibilidade de dados utilizaram-se os seguintes indicadores: a) 5.5.1 (a) Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais; (b) governos locais; b) 5.5.2 – (a) Proporção de mulheres em posições gerenciais; c) 5.a.1 - (a) Proporção da população agrícola total com propriedade ou direitos assegurados sobre terras agrícolas, por sexo – (b) proporção de mulheres entre proprietários e detentores de direitos sobre terras agrícolas, por tipo de posse; d) 5.a.2 - Proporção de países onde as estruturas legais (incluindo o direito consuetudinário) garantem às mulheres direitos iguais à propriedade e / ou controle da terra; e) 5.c.1 - Proporção de países com sistemas para monitorar e fazer alocações públicas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Brasil, apesar de existirem avanços para o acesso de todos os níveis e modalidades educacionais, atingindo a universalização ao acesso do ensino fundamental, o problema com a baixa escolaridade ainda é grave (Castro, 2009). Saúde: frente ao cenário de emergência sanitária e à inabilidade do sistema de saúde público no Brasil em atender às demandas sociais (SOARES *et cols.*, 2023), definiu-se que as mulheres que não tinham plano de saúde eram privadas. Reconhece-se que o sistema privado de saúde também enfrentou problemas para atender ao público no período de emergência sanitária. Contudo, considera-se que, ao terem acesso a um número maior de profissionais e instituições de saúde, as mulheres com algum plano de saúde estiveram melhor atendidas no que toca o acesso aos serviços de saúde do que aquelas sem este tipo de recurso;

V. Aplicação da primeira linha de corte, processo em que os valores correspondentes aos indicadores que obtiverem mulheres privadas serão substituídos por 1 e quando não há privações substitui-se por 0 (Alkire; Foster, 2009);

VI. Contagem do número de privações por observação da amostra, definição e aplicação da segunda linha de corte (k): indicou-se o número mínimo de indicadores em que uma mulher deve ser privada para ser considerada multidimensionalmente pobre. Nesta pesquisa, $k > 3$, que equivale a 1/3 do total de indicadores analisados;

VII. Cálculo da incidência de privação (H): resultado da divisão do total de mulheres que são privadas em k ou mais indicadoras pelo total geral da amostra, obtendo-se assim uma proporção de mulheres privadas (Alkire; Foster, 2009);

VIII. Cálculo da pobreza média (A): resultado da soma da proporção das privações de todas as mulheres pobres, dividindo-se pelo número total de pobres. Assim, obtém-se o número médio de privações que uma mulher pobre sofre face ao número de indicadores avaliados (Alkire; Foster, 2009);

IX. Cálculo da incidência ajustada (MO): resultado do produto de H por A ($MO = H \times A$). Seu valor pode variar de um (extrema pobreza) a zero (ausência de pobreza) (Alkire; Foster, 2009);

Para estimar um índice de pobreza multidimensional entre as mulheres brasileiras durante a pandemia de Covid-19, operou-se com a base de microdados da PNAD-COVID-19, referente ao mês de novembro de 2020. Após sistematização das variáveis descritas no modelo conceitual de análise das privações (Quadro 1), procedeu-se com a exclusão das observações

faltantes, assim como dados omissos. A amostra final analisada contou com 13.550 observações. Os resultados foram decompostos por grupos: mulheres brancas, mulheres não-brancas (de cor preta, parda ou amarela e indígena), mulheres domiciliadas no rural e mulheres domiciliadas no urbano. Assim, buscou-se identificar as condições de reprodução socioeconômica das mulheres brasileiras face às desigualdades raciais e regionais presentes no país.

Quadro 1: Modelo de análise da pobreza multidimensional feminina

Dimensões de análise	Indicadores	Questionamento na PNAD-COVID-19	Opções de respostas na PNAD-COVID-19	Condição de privação
Trabalho	Satisfação em relação ao trabalho	Na semana passada, o (a) Sr. (a) gostaria de ter trabalhado mais horas do que as de fato trabalhadas	Sim	Privada
	Proteção social	O(A) Sr. (a) contribui para o INSS?	Não	Não privada
			Sim	Não privada
	Renda	Renda	Não	Privada
			R\$	Privada se ganhar menos de um salário mínimo (R\$ 1.045,00)
		Endividamento	Sim, e pelo menos um morador conseguiu	Privada
		Sim, mas nenhum morador conseguiu	Privada	
		Não solicitou	Não privada	

Dimensões de análise	Indicadores	Questionamento na PNAD-COVID-19	Opções de respostas na PNAD-COVID-19	Condição de privação
Serviços essenciais	Ensino Formal	Escolaridade	Sem instrução	Privada
			Fundamental incompleto	Privada
			Fundamental completo	Privada
			Médio incompleto	Não privada
			Médio incompleto	Não privada
			Superior incompleto	Não privada
			Superior completo	Não privada
			Pós-graduação, mestrado ou doutorado	Não privada
	Saúde	Tem algum plano de saúde médico, seja particular, de empresa ou de órgão público	Sim	Não privada
			Não	Privada

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na PNAD-COVID-19 (IBGE, 2020).

3. Fontes e intensidade da pobreza feminina

As mulheres brasileiras historicamente enfrentam uma série de privações, sendo que, em contextos de crise econômica, suas condições de vida tendem a ser mais severamente afetadas. Vale evidenciar que a pobreza pode ser caracterizada pelo estado de privações no qual o indivíduo se encontra com o bem-estar afetado, sem o mínimo suficiente que a sociedade é moralmente obrigada a garantir. A pobreza é um agregado dos estados das privações dos indivíduos daquela sociedade (Osório *et cols.*, 2011). Na perspectiva de Amartya Sen, a pobreza é vista como a privação de capacidades que são elementares para o bem-estar e sobrevivência (SEN, 2008).

A aplicação do método Alkire-Foster identificou que 66,20% das mulheres respondentes da PNAD-COVID-19 são multidimensionalmente privadas (8.970 mulheres). Adicionalmente, o hiato da pobreza média (A) reflete a intensidade da pobreza, mostrando em média em quantos indicadores um indivíduo da amostra é privado. Para o conjunto de dados analisados,

infere-se que as mulheres multidimensionalmente pobres respondentes da PNAD-COVID-19 são privadas em 63,93% dos indicadores analisados.

Já o nível de pobreza multidimensional é indicado através do M_o , representando a proporção das privações que as mulheres pobres sofrem em relação à privação máxima que a amostra seria capaz de enfrentar. Assim, no Brasil, a proporção total de privações que as mulheres pobres respondentes da PNAD-COVID-19 sofrem é equivalente a 44,32% de privação máxima que elas poderiam enfrentar.

Chiamolera (2023) destaca que, quando os impactos causados pela pandemia são analisados por uma perspectiva de gênero, é possível perceber que as mulheres foram mais fortemente afetadas do que homens, devido às disparidades salariais e ao fato de que os casais priorizaram os empregos dos homens. Além disso, o fechamento das escolas limitou o acesso das mulheres a estruturas de apoio para o cuidado dos filhos, forçando muitas a permanecerem em casa para atender a essas necessidades.

Para evidenciar as desigualdades sociais presentes no grupo de mulheres, na tabela 1 estão dispostos os resultados da aplicação do Método Alkire-Foster, desagregados por raça e região. É possível perceber que a porcentagem de privações entre as mulheres brancas é menor dentre os grupos analisados, com 56,91%. São consideradas multidimensionalmente pobres 63,07% das mulheres com domicílio urbano, 73,04% das mulheres não-brancas e 81,11% das mulheres com domicílio rural. Tais resultados corroboram achados de pesquisas desenvolvidas durante o período pandêmico, que demonstram que a pandemia de Covid-19 afetou especialmente as populações historicamente vulneráveis. Segundo estudos desenvolvidos por Albuquerque e Ribeiro (2020), OXFAM (2021) e Quintans *et cols.*, (2021), os impactos da pandemia foram mais severos sobre mulheres, negras, afrodescendentes, povos indígenas e comunidades marginalizadas. Estudo realizado por Viñas, Duran e Carvalho (2020) revelou que no Brasil, durante a pandemia de Covid-19, as pessoas negras tiveram 40% mais chance de morrer pelo vírus do que pessoas brancas.

Tabela 1: Resultado da análise de pobreza multidimensional feminina por grupos

Grupos analisados	H	A	MO
Mulheres com domicílio rural	81,11%	66,70%	54,10%
Mulheres com domicílio urbano	63,07%	63,18%	39,85%
Mulheres brancas	56,91%	62,25%	35,42%
Mulheres não-brancas	73,04%	64,89%	47,40%
Total	66,20%	63,93%	42,32%

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD-COVID-19 (IBGE, 2020).

A Rede PENSSAN realizou, em dezembro de 2020, a Pesquisa Nacional de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, em que foi constatado que a pobreza e insegurança alimentar são mais frequentes entre a população rural, seja entre agricultores familiares, comunidades descendentes de quilombolas e/ou população indígena. Evidenciou-se que, nas áreas rurais, 12% dos domicílios passavam fome. A fome também se encontrava presente, no ano de 2020, em 10,7% dos domicílios cujo chefe de família era afrodescendente e em 7,5% dos domicílios chefiados por brancos, reforçando os resultados encontrados no estudo (REDE PENSSAN, 2021).

Ao analisar a intensidade das privações (A), percebe-se que as mulheres brancas apresentaram menores níveis de pobreza ajustada (62,25%), seguidas pelas mulheres com domicílio urbano (63,18%) e pelas mulheres não-brancas (64,89%). As mulheres rurais são as que apresentam níveis de pobreza ajustada mais elevados, com 66,70%. Os coeficientes estimados reforçam os argumentos apresentados na pesquisa da OXFAM (2021), em que se debate que a pandemia de coronavírus elevou as desigualdades em todos os níveis, aumentando as iniquidades regionais, de renda e raça já existentes (OXFAM, 2021).

A tabela 2 apresenta o resultado das privações dos grupos de mulheres analisados por indicador (Ensino formal, Saúde, Satisfação em relação ao trabalho, Endividamento, Proteção social e Renda). O indicador de maior privação para todos os grupos de mulheres foi o de Saúde.

Cabe ressaltar que a Constituição da República Federativa do Brasil prevê a saúde como um direito de todos, sendo que o Estado tem a obrigação de garantir o acesso facilitado e de qualidade aos serviços de saúde para todas as camadas sociais. No entanto, a gestão administrativa e política do Sistema Único de Saúde (SUS), que deveria priorizar o atendimento centrado nas necessidades singulares dos usuários, ainda enfrenta desafios. As lacunas assistenciais são particularmente evidentes na atenção primária à saúde

(APS), onde persistem modelos biomédicos de livre demanda. Embora o SUS tenha se expandido com a Estratégia Saúde da Família (ESF), problemas relacionados à acessibilidade aos serviços de saúde continuam sendo uma realidade para muitos usuários, o que indica que o ideal de um sistema universal, equânime e integral ainda não foi cumprido (SILVA *et cols.*, 2020).

Tabela 2: Percentual de mulheres que sofre privações conforme os indicadores analisados

Indicadores	Mulheres com domicílio rural	Mulheres com domicílio urbano	Mulheres brancas	Mulheres não-brancas	Total
Ensino formal	49,38%	27,14%	26,85%	34,05%	31,00%
Saúde	93,15%	75,54%	68,95%	85,70%	78,60%
Satisfação em relação ao trabalho	54,32%	58,75%	56,35%	59,17%	57,98%
Proteção social	74,99%	67,84%	61,36%	74,76%	69,08%
Endividamento	9,40%	10,70%	11,19%	9,94%	10,47%
Renda	73,63%	51,25%	46,41%	61,56%	55,14%

Fonte: Elaboração Própria com base na PNAD-COVID-19 (IBGE, 2020).

Outros indicadores que também demonstraram consideráveis privações entre as mulheres brasileiras foram Proteção social e Satisfação em relação ao trabalho. Nesse cenário, faz-se necessário considerar a natureza do mercado de trabalho brasileiro, em que as mulheres são a maioria do segmento informal, principalmente ocupadas naquelas profissões mais vulneráveis (Pinheiro *et cols.*, 2019). Ademais, a CEPAL (2022) identificou notórias quedas da ocupação e da participação feminina no mercado de trabalho durante a pandemia. Em estimativa para a América Latina, infere-se que a saída das mulheres do mercado de trabalho representa um retrocesso de 18 anos nos níveis de sua participação na força de trabalho (CEPAL, 2022). Segundo Ramos e Soares (2023), existem fatores que contribuem para as mulheres casadas obterem uma menor participação no mercado trabalhista, sendo eles: grau de escolaridade, elevado número de filhos em idade pré-escolar e maior demanda de atividades domésticas. Ainda, o ingresso no mercado de trabalho de mulheres casadas de baixa renda é significativamente mais baixo do que aquelas com maiores condições financeiras.

Nesse sentido, cabe destacar que a pandemia de Covid-19 impactou a vida das mulheres trabalhadoras, submetendo-as a situações de risco e de precariedade. Conforme Melo e Mello (2022), no Brasil, metade das

mulheres em idade ativa são donas de casa e a outra metade exerce dupla jornada de trabalho, com a casa e trabalho remunerado. No cenário da pandemia, as mulheres foram as mais demitidas. As demissões afetaram sua situação laboral, levando muitas à informalidade (Valeriano *et cols.*, 2022) e à incapacidade em honrar com compromissos financeiros, como arcar com plano de saúde privado, conduzindo-as ao endividamento.

Destarte, as privações de Renda são compartilhadas por todos os grupos de mulheres, especialmente as com domicílio rural e as não-brancas. Tais resultados são compartilhados por Sousa *et cols.* (2021) e Romero *et cols.* (2021), que também identificaram que no Brasil as mulheres foram duramente impactadas pela pandemia no Brasil, sobretudo as negras e pobres, que apresentaram queda abrupta de renda. Dentre as implicações da queda de rendimentos e aumento do trabalho doméstico não remunerado sobre a vida das mulheres, está a piora na saúde mental e emocional (Sousa *et cols.*, 2021).

Cardoso (2022), em pesquisa realizada mediante levantamento bibliográfico, analisou as metas 5.1, 5.5 e 5.b.2 dos ODS 5 da Agenda 2030. Os resultados identificaram que, apesar dos esforços para combater as desigualdades de gênero, muitos são os desafios brasileiros rumo à expansão do desenvolvimento humano. De fato, a presente pesquisa corrobora tal afirmativa, ao identificar a fragilidade das condições de vida das mulheres no período pandêmico.

4. Considerações finais

O Brasil é um país que historicamente enfrenta grandes desigualdades sociais, demarcadas principalmente pelo assimétrico padrão distributivo de renda e pelas iniquidades em termos de oportunidades socioeconômicas vivenciadas por homens e mulheres. Devido ao cenário patriarcal, as desigualdades de gênero são acentuadas, de forma que as mulheres tendem a ser mais privadas em diversas esferas da vida, seja na política, no mercado de trabalho, no acesso a serviços básicos, entre outros.

O presente artigo buscou identificar as fontes e a intensidade da pobreza das mulheres brasileiras durante a pandemia de Covid-19. Obteve-se como resultado que 66,20% das mulheres respondentes da PNAD-COVID-19 foram consideradas multidimensionalmente pobres, cuja intensidade de privações foi de cerca de 63,93% sobre os indicadores propostos no estudo. Dentre as principais fontes de privação, estão o acesso a planos de saúde e à rede de proteção social.

Dentre os grupos analisados, as mulheres rurais e não-brancas foi o mais privado, com incidência de pobreza de 81,11% e 73,04%, respectivamente. O grupo de mulheres com menor incidência de privações foram as brancas, com incidência de 56,91%, e com intensidade de pobreza de 62,25%. Ao ser signatário da Agenda 2030, o Brasil comprometeu-se a atingir as metas previstas para o ODS 5, cuja concepção prevê a igualdade de gênero e a participação efetiva de mulheres em todas as esferas da vida. Frente ao cenário desalentador de privações vivenciado pelas mulheres no período contemporâneo, fazem-se necessários investimentos e esforços governamentais para que elas possam usufruir de uma vida digna e justa.

Nesse sentido, o estudo reforça a urgência de que a universidade, a sociedade e o Estado reconheçam e respondam à realidade das mulheres brasileiras. Elas enfrentam múltiplas privações que se tornam ainda mais intensas para aquelas que são negras e/ou vivem em áreas rurais, onde a invisibilidade é ainda maior. Assim, considera-se que a consolidação de políticas públicas de inclusão social e a universalização dos serviços de educação e saúde são condições essenciais para a construção de um país menos desigual. A pesquisa, ao iluminar essa realidade, desempenha um papel fundamental para que tais avanços possam ocorrer.

Referências

- AFONSO, Luís Eduardo et al. “O salário-mínimo como instrumento de combate à pobreza extrema: estariam esgotados seus efeitos?”. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, SP, v. 15, n. 4, pp. 559-593, 2011.
- ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de; RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. “Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia d COVID-19 no Brasil”. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 36, v. 12, 2020.
- ALKIRE, S. Sabina; FOSTER, James. “Counting and multidimensional poverty”. BRAUN, J. et cols. **The poorest and hungry: assessment, analyses, and actions**. International Food Policy Research Institute, Washington, pp. 77-90, 2009.
- BARROSO, Hayeska Costa; GAMA, Mariah Sá Barreto. “A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil”. **Revista do CEAM**, Brasília, v. 6, n. 1, pp. 84-94, 2020.
- BIANCONI, G.; et cols. **Sem Parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Ed. Sempreviva Organização Feminista. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wpcontent/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2021.

BORTOLANZA, Emanueli Dalla Vecchia et cols. “(In) segurança alimentar e nutricional e fatores associados em famílias chefiadas por mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família”. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 30, 2023.

BISWAL, Surya Narayan; MISHRA, Santosh; SARANGI, MK. “Feminization of multidimensional poverty in rural Odisha”. **Rupkatha Journal**, v. 12, n. 5, 2020.

BRUSCHINI, Cristina. “Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?”. **Revista brasileira de estudos de população**, Campinas, SP, v. 23, pp. 331-353, 2006.

BUTLER, Judith. “Regulações de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 42, pp. 249-274, 2014.

BATISTA, Ravena Reis Carvalho. **Mulheres no Brasil**: Análise das determinações salariais e da pobreza multidimensional no Brasil no ano de 2015, 2020. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Economia e Desenvolvimento, Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2020.

CARDOSO, Elisângela Julião. “Agenda 2030: ODS-5-Brasil, mostra a sua cara!”. Anais. **9º IX Encontro Brasileiro de Administração Pública**, Rio de Janeiro: SBAP, de 5 a 7 de outubro de 2022.

CASTRO, Jorge Abrahão. “Evolução e desigualdade na educação brasileira”. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 30, pp. 673-697, 2009.

COMISSÃO ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS, 2022. **Panorama Social de América Latina 2021**. Santiago: CEPAL, 2022.

COSTA, Joana Simões de Melo et cols. “A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil”. **Texto para discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: Ipea, 2005.

CRESWELL, John David. **Projetos de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2021.

CHIAMOLERA, Adriana. **Pobreza, desigualdades sociais e os impactos sociais da pandemia da covid-19 nas famílias atendidas pela política de assistência social do município de Herval D’Oeste/SC, 2023**. (Dissertação), Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal da Fronteira Sul, 2023.

DA SILVA, Deise Fátima; DE LORETO, Maria das Dores Saraiva; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. “Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível”. **Cadernos de direito**, Piracicaba, SP, v. 17, n. 32, pp. 409-438, 2017.

DA SILVA, Hevellyn Camille; RODRIGUES, João Vitor Monteiro; PIMENTEL, Débora; ALVES, Antônio José Junior. “A expansão dos empréstimos às famílias em uma conjuntura de estagnação da renda pessoal é sustentável? O caso brasileiro pós-pandemia”. Anais. **27º Encontro Nacional de Economia Política** (SEP), Niterói, de 6 a 9 de junho de 2023.

DA SILVA, Eliane Pereira; FARIA, Stefany Silva Martins; ANDRADE, Arnaldo. “As mulheres e o mercado de trabalho”. **Revista FAIND**, Indiara, MS, v. 1, n. 2, pp. 24-54, 2023.

DUARTE, Cristina Maria Rabelai et cols. “Proteção social e política pública para populações vulneráveis: uma avaliação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC no Brasil”. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, pp. 3515-3526, 2017.

FARAH, Marta Ferreira Santos. “Políticas públicas e gênero”. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

HAIR, Joseph Jr. et al. **Fundamentos de Pesquisa de Marketing**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD-COVID-19**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 01 de março de 2024.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça o Brasil, Cor ou Raça**. 2022. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>>. Acesso em: 12 de setembro de 2024.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2023. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=1>>. Acesso em: 01 de março 2024.

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna. “Os desafios da construção dos indicadores ODS globais”. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.71, n. 1, pp. 40-46, 2019.

LEMOS, Ana Heloísa da Costa; BARBOSA, Alane de oliveira; MONZATO, Priscila Pinheiro. “Mulheres em home office durante a pandemia da Covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família”. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 60, pp. 388-399, 2021.

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; PENNA, Claudia Maria de Mattos. “Reprodução feminina e saúde sob os olhares de mulheres sem filhos”. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 20, n. 20, pp. 1- 7, 2016.

PÉREZ, Mateo; MIGUEL, Ángel. “Das perspectivas metodológicas para la inclusión de la perspectiva de género en el análisis de la pobreza”. **Psicohtema**, Oviedo, Espanha, v. 12, pp. 377- 381, 2000.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. “Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, pp. 901-908, 2009.

MENDES, Janaína Dutra Silvestre. “As mulheres à frente e ao centro da pandemia do novo coronavírus”. **METAXY: Rev. Bras. Cultura e Políticas em Direitos Humanos**, Rio de Janeiro, v. 1, pp. 1-2, 2020.

MELO, Hildete Pereira de; MELLO, Soraia Carolina de. “Notas sobre o trabalho das mulheres em tempos de pandemia: respostas e impasses”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, 2022.

MOSTAFA, Joana et cols. **ODS 5**: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas: o que mostra o retrato do Brasil? Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019

ODS. Objetivo do Desenvolvimento Sustentável. **Indicador 5.5.2** - Proporção de mulheres em posições gerenciais, em 2021. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo5/indicador552>>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

OXFAM. **País estagnado**: Um Retrato das Desigualdades brasileiras. Brief comunicação: São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_esta.> Acesso em: 29 de setembro de 2022.

_____. O vírus da desigualdade: unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável. Relatório da OXFAM, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/01/bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf?utm_campaign=davos_2021_-_pre_lancamento%26utm_medium=email%26utm_source=RD+Station>. Acesso em: 4 de junho de 2023.

_____. **O vírus da fome**: como o coronavírus está aumentando a fome no mundo. Relatório da Oxfam, 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/o-virus-da-fome/>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **Erradicar a pobreza extrema**: um objetivo ao alcance do Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

PINHEIRO, Luana Simões et cols. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

PEREIRINHA, José António et cols. **Género e Pobreza**: Impactos e Determinantes da Pobreza no Feminino. CIG: Lisboa, 2008.

QUINTANS. Mariana Trotta et cols. “Os impactos da pandemia da Covid19 na vida das mulheres no contexto brasileiro: sob a perspectiva de raça, classe e gênero”. **InSURgênciA**: Revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 7, n. 2, pp. 287-308, 2021.

RAMOS, Lauro; SOARES, Ana Lúcia. “Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil”. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 15, pp. 383-396, 2023.

REDE PENSSAN. VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcgjclefindmkaj/https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_AF_National_Survey_of_Food_Insecurity.pdf>. Acesso em: 4 de julho de 2023.

ROMERO, Dalia Elena et cols. “Idosos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho”. **Cadernos de Saúde Pública**, São Paulo, v. 73, n. 3, pp. 1-16, 2021.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Lívia Silveira et cols. “Universalidade do acesso e acessibilidade no quotidiano da atenção primária: vivências de usuários do SUS”. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, Divinópolis, v. 10, e 3575, pp. 1-9, 2020.

SILVA, Amanda. **Os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das mulheres**. 2022. (Trabalho de Conclusão de Curso), Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, Carla. “A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero”. **Revista Direito em Foco**, São Paulo, v. 5, pp. 1-9, 2012.

SILVA, Juliana Marcia Santos et cols. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Revista Feminismos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2020.

SOARES, Patrícia dos Santos Lopes et cols. **A precariedade da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Editora Archie, 2023.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de et al. “Gênero e a pandemia Covid-19: revisão da produção científica nas ciências da saúde no Brasil”. **Saúde em Debate**, São Paulo, v. 45, n. 2, pp. 171-186, 2021.

SOUSA, Ildenir Nascimento; DOS SANTOS, Fernanda Campos; ANTONIETTI, Camila Cristine. “Fatores desencadeantes da violência contra a mulher na pandemia COVID-19: Revisão integrativa”. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, Chácaras Anhaguera. Valparaíso de Goiás, v. 10, n. 1, pp. 51-60, 2021.

SOUZA, Lídia Jesus; SOUZA, Rita de Cássia Pereira. “Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de Covid-19”. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 144, pp. 213-232, 2022.

SOUZA, Maria Isabele Duarte; SILVA, Maria Rosario. “Pobreza, Desigualdade Social e Território: ambiência de atuação da Política Pública de Assistência Social”. **Emancipação**, Ponta Grossa, PR, v. 19, n. 2, pp. 1-17, 2019.

SOUZA, Pedro H. G.; HECKSHER, Marcos; OSÓRIO, Rafael G. “Um País na contramão: a pobreza no Brasil nos últimos dez anos”. **Nota técnica**, IPEA, 2022.

TRINDADE, Wânia Ribeiro; FERREIRA, Márcia de Assunção. “Sexualidade feminina: questões do cotidiano das mulheres”. **Texto & Contexto-Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, pp. 417-426, 2008.

VALERIANO, Marta Maria; TOSTA, Tania Ludmila Dias. “Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional”. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 21, pp. 412-422, 2022.

VEGA, Ania Pupo. “Pobreza feminina desvendando suas raízes”. **Revista TEL**, Irati, PR, v. 10, n. 2, pp. 177-200, 2019.

VIÑAS, Diego.; DURAN, Pedro.; CARVALHO, Júlia. **Morrem 40% mais negros que brancos por Coronavírus no Brasil**. 2020. CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>>. Acesso em: 4 de julho de 2023.

Recebido em dezembro de 2023.

Aceito em novembro de 2024.